

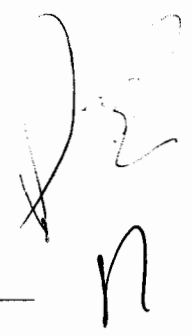
tecnic

RELATÓRIO E CONTAS

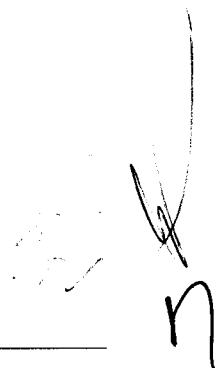
2013

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
BALANÇO.....	19
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	21
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	23
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	25
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	28
ANEXO	30
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	47
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	49



RELATÓRIO DE GESTÃO



EX.^{MOS} SENHORES ACCIONISTAS DA H-TECNIC CONSTRUÇÕES, S.A.:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Ex.^{as} o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

RELATÓRIO DE GESTÃO

2013

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

1.1 A nível internacional

Seis anos após a eclosão da crise financeira global, a economia mundial continua a registar crescimentos modestos, suportados pelos crescimentos das economias emergentes e dos países em vias de desenvolvimento. De acordo com os dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional a actividade económica mundial registou um crescimento de 3,0%, próximo do crescimento registado em 2012 (3,2%).

A economia dos países emergentes e em vias de desenvolvimento cresceu cerca de 4,7% em 2013, distinguindo-se como o principal motor de crescimento económico mundial. No entanto, estas mostram sinais de abrandamento na sua actividade económica, sendo que hoje registam crescimentos substancialmente inferiores aos registados no período anterior ao eclodir da crise.

A economia dos países desenvolvidos cresceu apenas 1,3% em 2013, reflectindo os problemas da crise da dívida soberana da Zona Euro e as incertezas acerca das medidas de consolidação orçamental dos Estados Unidos da América.

O PIB dos Estados Unidos cresceu cerca de 1,9% em 2013 (face a 2,8% em 2012) de acordo com o FMI. A confiança dos consumidores (suportada pela estabilização do mercado imobiliário dos EUA e pela diminuição do desemprego) mantém a sua trajectória de melhoria, mas é de sublinhar a incerteza institucional subjacente ao ritmo de consolidação orçamental nos Estados Unidos, bem como à respectiva orientação da política monetária.

A contracção da actividade na Área do Euro em 2013 reflectiu (i) a continuação do esforço de consolidação orçamental num conjunto alargado de economias, (ii) a prevalência de condições de financiamento restritivas nos países sob pressão e (iii) a continuação da redução dos níveis de endividamento de famílias e empresas.

Refira-se, no entanto, que a partir do segundo trimestre de 2013 se observou uma recuperação da actividade na Área do Euro, que se terá consolidado na segunda metade do ano. Esta evolução intra-anual mais positiva reflectiu (i) a recuperação da procura interna (consumo privado e investimento), (ii) a par da manutenção de um contributo positivo das exportações, (iii) condições financeiras progressivamente mais favoráveis, (iv) a melhoria da confiança dos agentes e (v) a redução da incerteza, bem como um enquadramento externo mais favorável.

A situação actual continua a ser marcada por uma elevada incerteza e por riscos significativos para a estabilidade financeira. Na Área do Euro é necessário que sejam reforçados e implementados os compromissos

assumidos em 2013, de forma a assegurar uma maior integração financeira, económica e orçamental e a criação dos mecanismos necessários para interromper os efeitos de interação entre risco soberano e estabilidade financeira. É de salientar que no decurso do ano de 2013 foram alcançados alguns progressos em termos de construção da união bancária europeia e de aplicação de medidas não convencionais de política monetária através do Banco Central Europeu (BCE).

Observa-se que a economia global está em transição de uma fase de recuperação económica para um período de crescimento mais lento, porém mais sustentável. Enquanto o crescimento na maioria dos países em desenvolvimento se debate com as limitações da sua capacidade produtiva, o crescimento nas economias desenvolvidas da Europa e Ásia Central é dificultado pelas reestruturações que estão em curso - as políticas a adoptar deverão afastar-se do estímulo da procura de curto prazo em detrimento de políticas e medidas estruturais que promovam novos empregos e aumentem o potencial de oferta das economias.

1.2 A nível nacional

As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa têm sido um traço dominante ao longo da última década, sendo o reflexo do desequilíbrio entre os níveis de poupança e investimento internos e da política orçamental de carácter expansionista. No ano de 2011, com o agravamento das condições de financiamento da dívida externa, a economia portuguesa foi marcada pela interrupção do acesso a financiamento de mercado e pelo início do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) em Abril de 2011.

O PAEF engloba um quadro de financiamento estável para o período 2011-2014 e uma estratégia de ajustamentos dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial de crescimento, que inclui um conjunto de reformas estruturais destinadas a promover a competitividade da economia portuguesa, a consolidação durável das contas públicas e a estabilidade do sistema financeiro.

Este processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados na economia portuguesa traduziu-se, em 2012 numa forte contracção da procura interna, que se repetiu em 2013, embora no segundo trimestre do ano se tenha assistido a uma inversão na tendência de queda da procura interna. À semelhança da evolução da procura interna, o desempenho do PIB em 2013 foi negativo, registando uma queda de 1,4%, fruto da deterioração económica acentuada sentida em 2012. Graças à recuperação da actividade económica sentida a partir do segundo trimestre de 2013, estima-se que em 2014 se registre um crescimento homólogo de cerca de 1,2%.

O consumo privado diminuiu 1,7% em 2013, prevendo-se uma inversão da tendência para um crescimento de 1,2% em 2014. O consumo público diminuiu 1,7% em 2013, prevendo-se uma contracção de 0,9% em 2014 que se justifica com a continuação do processo de consolidação orçamental. O contributo da Formação Bruta de Capital Fixo para o crescimento do PIB deverá ser positivo em 2014 (crescimento 1,8% prevista para 2014 face à queda de 6,6% registada em 2013) devido à quebra do investimento sentida em anos anteriores, que deverá levar à renovação do *stock* de capital e às perspectivas mais favoráveis da procura.

Assim a procura interna diminuiu 2,6% em 2013, prevendo-se um crescimento de 1,2% em 2014. Em linha com a melhoria da procura interna, as importações inverteram a sua tendência de queda em anos anteriores e registou-se um aumento destas na ordem dos 2,8% em 2013, estimando-se para 2014 um aumento de 5,4%.

Por seu turno, as exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento significativo, 6,1%, em linha com a evolução da procura externa, antecipando-se um crescimento em torno de 5,3% para 2014. O aumento das exportações reflecte um redimensionamento dos produtores de bens exportados, uma maior diversificação geográfica e uma melhoria dos custos relativos.

Em 2013, a inflação ascendeu a 0,4% (prevendo-se 0,5% em 2014). A recuperação da actividade económica irá traduzir-se numa aceleração do ritmo de crescimento dos preços, no entanto é expectável que este crescimento seja contido, justificado com a continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa e a recuperação moderada da economia mundial.

O desemprego irá continuar a contribuir negativamente para o crescimento do PIB nos próximos anos, continuando a ser particularmente expressivo (16,8% em 2014). Apesar de a taxa de desemprego em 2013 ter registado um decréscimo em cadeia ao longo do ano, para 2014, fruto da manutenção do processo de ajustamento económico e da consequente reafecção de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transaccionáveis para os sectores de bens transaccionáveis, espera-se uma evolução negativa do emprego em Portugal.

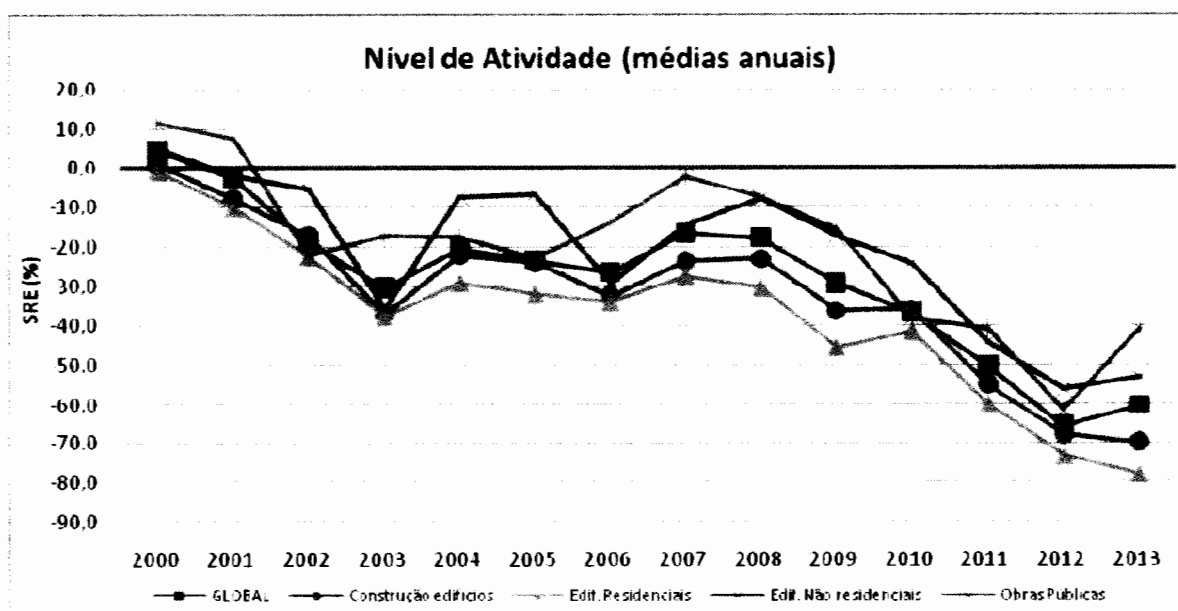
A avaliação da execução do PAEF pela União Europeia e pelo FMI, o regresso de Portugal aos mercados financeiros e a diminuição do prémio de risco de Portugal revelam que o programa tem sido globalmente cumprido, consubstanciando-se numa consolidação orçamental estrutural sem precedentes e no processo de desalavancagem e reforço de solvabilidade do sector bancário.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

1.3 No sector da Construção Civil e Obras Públicas

Em 2013, a produção do sector da Construção reduziu-se pelo décimo segundo ano consecutivo. Após esta quebra, estimada em 15% em volume, o nível da sua produção deverá ter recuado cerca de 55% desde o ano 2000.

O segmento de actividade que sofreu a maior queda foi, de novo, o da Construção de Edifícios Residenciais, o qual, ao registar uma evolução de -18% em 2013, produziu um volume de trabalhos equivalente a apenas 22% da produção gerada no ano 2000. Os restantes segmentos, Construção de Edifícios Não Residenciais e obras de Engenharia Civil, registaram, ambos, reduções na ordem dos 14% em volume, em 2013. Tais variações traduziram, no caso dos Edifícios Não Residenciais, um agravamento da crise já muito expressiva de 2012, enquanto no caso da Engenharia Civil, a quebra revelou-se mais moderada do que a do ano anterior.



Fonte: Inquérito Mensal à Atividade AECOPS/FEPICOP/UE

Nota: SRE – Saldo de Respostas Extremas

A taxa média de utilização da capacidade produtiva instalada nas empresas manteve-se em queda, atingindo um novo mínimo histórico em 2013, 61,5%, enquanto a carteira de encomendas medida em meses de produção assegurada se reduziu para 6,0 meses apenas, o valor mais reduzido de todos os estudos realizados pela AECOPS.

O número de trabalhadores do sector da Construção diminuiu 15,9%, em termos homólogos, face a 2012, o que correspondeu a uma média de 300,5 mil pessoas a trabalhar no Sector ao longo do ano, de acordo com os

[Handwritten signature and initials]

resultados do Inquérito ao Emprego do INE. Comparativamente ao ano anterior, a redução do número de trabalhadores foi de 56,7 mil, diminuindo o peso do emprego do Sector no total para apenas 6,7%.

O desemprego oriundo do Sector atingiu um máximo em Fevereiro de 2013, com os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) a apontarem para 111,5 mil desempregados oriundos da Construção inscritos, nesse mês, nos centros de emprego. Desde então, esse número tem vindo a baixar, em parte devido a situações como a emigração, as pensões de reforma ou mesmo a desistência de procurar um novo emprego, tendo atingido os 94,1 mil no final de Dezembro. Ainda assim, este número representava 15,2% do total de desempregados da economia inscritos nos centros de emprego, face à parcela de apenas 6,7% que o Sector representa no emprego total da economia.

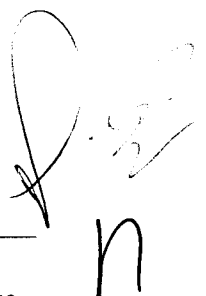
Em cada cinco empresas consideradas insolventes em 2013, uma era do sector da Construção. Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Informador Comercial, houve 1.129 empresas de construção que foram consideradas insolventes em 2013, as quais se foram adicionar às 1.381 de 2012 e às 966 de 2011.

O crédito total concedido pelo sistema financeiro às empresas de construção decresceu 14,9% até Novembro de 2013, em termos homólogos, o que compara com o decréscimo médio de 6% verificado no mesmo período. Em termos absolutos e segundo os dados divulgados pelo Banco de Portugal, o crédito total concedido à Construção ascendia, em Novembro de 2013, a 17,8 mil milhões de euros, quando, em finais de 2009, ultrapassava os 26,2 mil milhões de euros. Com uma evolução contrária e a assumir proporções consideráveis, os 4,3 mil milhões de euros relativos ao crédito mal parado do Sector representavam já, em Novembro, 24% do crédito total concedido à Construção.

Analisando a evolução da produção por segmento observa-se que:

- O segmento da construção de edifícios residenciais tem sido violentamente penalizado pela crise financeira que se iniciou em 2008, devido ao impacto no sistema bancário, que se repercutiu directamente no mercado residencial, sobretudo pelas restrições impostas às famílias no acesso ao financiamento para compra de habitação. O volume de produção registou uma nova quebra em 2013, de 18% em termos reais. Com esta redução, a quebra acumulada no nível de produção deste segmento, entre 2000 e 2013, deverá ter atingido os 77,5%;

- Em 2013, a crise no segmento Não Residencial acentuou-se significativamente, tanto na componente da construção de edifícios públicos, como na vertente dos edifícios destinados aos serviços, escritórios e comércio. As estimativas apontam para quebras de 13% e de 15% para as componentes da construção privada e pública do segmento Não Residencial em 2013, respectivamente, o que se traduziu numa queda de 13,8% em termos agregados para o segmento (face a -11,8% no ano anterior);
- No que diz respeito aos trabalhos de Engenharia Civil, as estimativas apontam para uma redução do seu volume de produção em redor dos 14% em 2013, uma quebra ainda expressiva, mas já mais moderada do que a registada no ano anterior. Tal como no caso da construção de edifícios públicos não residenciais, também este tipo de trabalhos ressentiu-se da fortíssima contracção do investimento público.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is a cursive script, and the initials below it appear to be 'N' and 'S'.

2. EVOLUÇÃO DA H TECNIC – CONSTRUÇÕES, LDA

2.1 Evolução da actividade

(valores expressos em euros)

Evolução da actividade	Período 2013			Período 2012		
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior
Volume de negócios	6 198 897,07	(487 850,77)	(7,30%)	6 686 747,84	(409 587,47)	(5,77%)
Margem bruta - Valor	316 147,21	(33 021,02)	(9,46%)	349 168,23	(470 111,72)	(57,38%)
Margem bruta - %	5,10%	(0,12%)	(2,33%)	5,22%	(6,32%)	(54,77%)
Resultado operacional	198 183,18	(79 664,67)	(28,67%)	277 847,85	(441 723,57)	(61,39%)

Analisando a evolução do volume de negócios da Empresa, constata-se que este registou uma diminuição em 2013 de cerca de 7,30% face ao exercício de 2012, correspondendo esta variação, em termos absolutos, a um decréscimo de 487.850,77 euros.

2.2 Resultado das operações

Para uma melhor apreciação da evolução da situação económica da Empresa, apresentamos em seguida o resultado das operações dos dois últimos exercícios:

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2013			Período 2012	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	6 198 897,07	100,00%	(7,30)%	6 686 747,84	100,00%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(5 919 665,25)	(95,50)%	(6,96)%	(6 362 795,61)	(95,16)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADI)	279 231,82	4,50%	(13,80)%	323 952,23	4,84%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(81 048,64)	(1,31)%	75,79%	(46 104,38)	(0,69)%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	198 183,18	3,20%	(28,67)%	277 847,85	4,16%
Resultados financeiros	9 908,73	0,16%	(50,14)%	19 873,27	0,30%
Resultado antes de imposto (RAI)	208 091,91	3,36%	(30,11)%	297 721,12	4,45%
Imposto sobre rendimento do período	(77 988,12)	(1,26)%	(10,81)%	(87 440,51)	(1,31)%
Resultado líquido do período	130 103,79	2,10%	(38,13)%	210 280,61	3,14%

Observa-se que o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos do exercício de 2013 registou um decréscimo face a 2012 de cerca de 44.720,41 euros. O peso percentual em relação ao volume de negócios diminuiu 4,84% (em 2012) para 4,50% (em 2013).

Observa-se igualmente que o Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos apresenta um decréscimo de cerca de 79.664,67 euros face a 2012.

O resultado antes de imposto registou uma diminuição de 30,11% face ao exercício de 2012, a que corresponde um decréscimo de cerca de 89.629,21 euros.

Tendo em conta as variações atrás mencionadas, verificou-se uma diminuição de 38,13% nos Resultados Líquidos da H TECNIC face a 2012, a que corresponde, um decréscimo em valor de 80.176,82 euros. Assim, após um ano de 2013 bastante desafiante, a empresa acabou por sentir novamente os efeitos negativos da conjuntura económica fortemente recessiva quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, caracterizada pela quebra abrupta e continuada que se vem sentindo no sector da construção.

2.3 Política de investimento das operações

As políticas e programas de investimentos e desinvestimentos da Empresa estão em consonância com as directrizes estabelecidas no plano estratégico da Empresa e ponderam as perspectivas de crescimento gizadas pelo *Management* em cada estágio de desenvolvimento organizacional.

2.4 Recursos Humanos

No exercício de 2013 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 44 (o número médio de trabalhadores em 2012 foi de 40).

2.5 Situação patrimonial

(valores expressos em euros)

Balço funcional		31.12.2013	31.12.2012
Activos não correntes	1	106 996,57	84 372,10
Passivos não correntes	2	60 440,00	182 210,10
Capitais próprios	3	2 947 887,03	2 761 845,01
Fundo de maneo	4 = 2 + 3 - 1	2 901 330,46	2 859 683,01
Caixa e equivalentes de caixa	5	1 330 102,25	1 384 673,27
Dívda financeira corrente	6		
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	1 330 102,25	1 384 673,27
Necessidades cíclicas - Restantes activos correntes	8	2 956 388,66	4 146 701,97
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	1 385 160,45	2 671 692,23
Necessidades de fundo de maneo	10 = 8 - 9	1 571 228,21	1 475 009,74

Como se pode analisar pela apreciação do balanço funcional, a empresa apresenta uma tesouraria líquida positiva, em 2013, de cerca de 1.330.102,25 euros, valor inferior em 54.571,02 euros face ao registado em 2012 (cerca de 1.384.673,27 euros).

Não obstante, observa-se que em termos correntes, as necessidades cíclicas superam os recursos cíclicos disponíveis.

A performance da Empresa pode ser traçada pelos seguintes principais indicadores:

Indicadores de Rentabilidade		31.12.2013	31.12.2012
Rentabilidade dos capitais próprios	R. Líquido/Capitais próprios	4,4%	7,6%
Rentabilidade das vendas	R. Líquido/Volume de negócios	2,1%	3,1%
Indicadores de Estrutura		31.12.2013	31.12.2012
Autonomia Financeira	Capitais próprios/Activo	67,1%	49,2%
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo+I.Minorit.	203,9%	96,8%
Indicadores de Liquidez		31.12.2013	31.12.2012
Liquidez geral	Activo corrente/Passivo corrente	3,1	2,1
Liquidez imediata	Caixa e depósitos + act. fin. correntes e detidos para negociação/Passivo corrente	1,0	0,5

Os indicadores de rentabilidade espelham a diminuição de actividade da H TECNIC, quer em termos de rentabilidade das vendas (2,1% em 2013 *versus* 3,1% em 2012), quer em termos de rentabilidade de capitais próprios (4,4% em 2013 *versus* 7,6% em 2012), devido ao decréscimo observado nos Resultados Líquidos da empresa.

No que concerne aos indicadores de estrutura financeira, observa-se que os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, em 2013, registaram um aumento, por um lado devido à diminuição do Activo (por via de um decréscimo registado na rubrica de Clientes), e por outro devido à diminuição do Passivo (por via do decréscimo acentuado registado na rubrica de Fornecedores).

Em termos dos indicadores de liquidez, observa-se a obtenção de rácios de liquidez geral acima da unidade. A evolução sentida de 2012 para 2013, quer no rácio de liquidez geral, quer no rácio de liquidez imediata, deve-se ao efeito conjugado de diminuição do passivo corrente e aumento do activo corrente.

Apesar de a empresa ter apresentado níveis de performance operacionais abaixo dos registados do ano anterior, H TECNIC Construções foi capaz de reforçar a solidez da sua estrutura financeira, o que permite auspiciar um futuro de estabilidade que, não obstante a conjuntura económica difícil, tem caracterizado a actividade da Empresa.

3. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

3.1 Cenário macroeconómico

As perspectivas de evolução da economia portuguesa para 2014 são, pela primeira vez nos últimos quatro anos, positivas, com as projecções mais recentes a apontarem para um crescimento do PIB em redor de 1,2%. Ainda assim e mesmo que tal crescimento se venha a verificar, a economia portuguesa irá posicionar-se na média dos seus parceiros europeus, já que a previsão da Comissão Europeia aponta para um crescimento de 1,4% para o conjunto dos países integrantes da União Europeia e um aumento de 1,1% para o PIB conjunto dos países da Zona Euro.

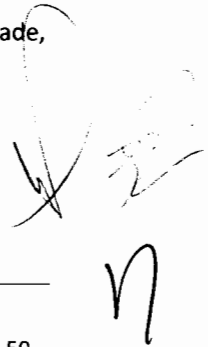
O boletim de Inverno do Banco de Portugal identifica vários riscos para o crescimento económico global, como também o português. No plano mundial existem grandes incertezas sobre a performance da economia mundial, influenciada pelo arrefecimento da actividade económica dos países emergentes, em contraste com as expectativas de retoma da economia dos Estados Unidos e da Zona Euro. Em Portugal, existem variados riscos à retoma económica ligados sobretudo às decisões de pendor Europeu, como a União Bancário e a política monetária mas também a saída de Portugal do programa de ajustamento colocando ao país variados desafios. No entanto, é certo que a política de consolidação orçamental irá permanecer, mantendo-se igual nível de exigência em termos de metas a atingir e de reformas estruturais a implementar.

Apesar das ligeiras melhorias macroeconómicas esperadas, as perspectivas para a evolução do sector da Construção continuam negativas, prevendo-se que a actividade do Sector volte a registar uma redução ao longo do ano (-4,5%), se bem que mais moderada do que as quedas registadas em anos mais recentes.

3.2 Perspectivas de evolução da Empresa

A actividade económica em Portugal tem demonstrado sinais de recuperação, sobretudo a partir do segundo trimestre de 2013, no entanto os desafios que se vislumbram ao País após a finalização do PAEF e a continuação do esforço de contenção orçamental apresentam-se como potenciais riscos para o crescimento económico em 2014 e 2015.

Os riscos referidos interagem ainda com o processo de desalavancagem do sector privado que implica uma alteração significativa das condições de financiamento e o aumento do respectivo grau de restritividade, condicionando o consumo privado e o investimento.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Refira-se que o impacto deste processo na actividade económica dependerá da sua configuração, nomeadamente das suas implicações para a concessão de novo crédito pelo sistema bancário e da capacidade das empresas não financeiras para reestruturarem as suas políticas de financiamento.

As restrições de crédito às famílias, bem como, o actual excesso de oferta de fogos que se observa no mercado residencial aponta para a manutenção da trajectória negativa do mercado de habitação, com uma diminuição esperada superior a 10%.

Em termos agregados o sector não residencial (privado e público) manter-se-á em recessão em 2014, com uma quebra de 5,7%. O ramo da construção não residencial privado deverá decrescer 5%, pressionado sobretudo pela quebra da construção de áreas comerciais e da construção destinada a uso não mercantil. Contrariando esta tendência é de realçar o aumento dos licenciamentos de edifícios destinados ao turismo e à agricultura. A componente de construção não residencial pública deverá revelar um desempenho novamente negativo, consequência da contenção orçamental necessária. Os concursos públicos abertos para o ano de 2014 face a 2013, apresentavam uma drástica redução tanto em número de adjudicações como termos de valor (47,8% e 25,3% respectivamente).

No segmento da Engenharia Civil prevê-se que 2014 apresente uma evolução menos desfavorável do que o observado em 2013. As restrições orçamentais do Estado continuarão a penalizar o desempenho do sector, no entanto existem uma série de trabalhos que não podem mais ser adiados, nomeadamente na componente da manutenção/reabilitação de infra-estruturas. É ainda admissível que cerca de mil milhões de euros não utilizados dos fundos comunitários, inscritos no QREN 2007 – 2013, possam ser utilizados na dinamização do segmento da Engenharia Civil ao longo dos próximos dezoito meses, evitando a sua devolução a Bruxelas. As obras hidráulicas e as vias de comunicação foram as áreas onde o lançamento de novas obras revelou maior dinamismo, com crescimentos homólogos de 29% e de 125%, respectivamente. Representando estes segmentos, em conjunto, 56% do total de trabalhos de Engenharia Civil lançados em 2013, as variações apuradas revelam-se determinantes para a recuperação do volume de trabalhos deste segmento de actividade num futuro próximo.

É neste enquadramento difícil que as perspectivas de evolução da produção no Sector da Construção voltam a ser preocupantes, antecipando-se mesmo uma nova quebra no volume global de produção, que só irá agravar mais a já difícil situação que o Sector atravessa.

Perante estas perspectivas o sector da construção e obras públicas continuará a viver em 2014, um ano de forte contracção, não obstante o Grupo HCl possui um vasto *know-how* acumulado, que lhe permite encarar

com confiança os desafios de 2014, baseando-se sobretudo nos segmentos de infra-estruturas e reabilitação de edifícios públicos.

Assim o *Management* e colaboradores continuarão empenhados em assegurar um crescimento sustentável da Empresa, criando valor para todos os *stakeholders* e, em particular, para os seus accionistas, observando uma grande disciplina estratégica e um forte rigor financeiro e operacional.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Para efeito do disposto no artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informamos que não se registam quaisquer dívidas vencidas a favor da segurança social. Em observação do Decreto-Lei 543/80 de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que os Resultados Líquidos apurados no exercício no montante de 130.103,79 euros tenham a seguinte aplicação:

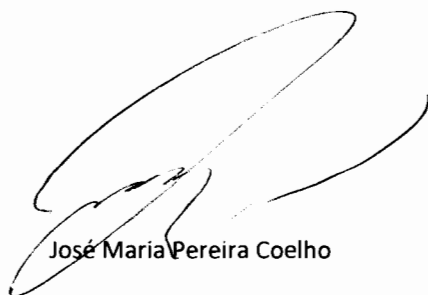
Outras reservas:	130.103,79 euros
------------------	------------------

6. AGRADECIMENTOS

Por fim, queremos expressar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. pelo esforço e dedicação demonstrados e aos nossos clientes, fornecedores e instituições de crédito pela confiança depositada na Empresa.

Lisboa, 27 de Maio de 2014

A Gerência



José Maria Pereira Coelho



João António C. Farinha

BALANÇO



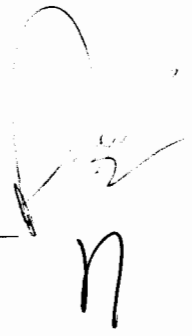
H-TECNIC - Construções, Lda.**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2 013	31 Dezembro 2 012
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	106 996,57	84 372,10
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas / socios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Outros activos não correntes			
Total do activo não corrente		106 996,57	84 372,10
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	7		
Activos biológicos			
Clientes	5 / 11.1	1 660 337,16	3 157 273,98
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	12.1	133 157,35	788 383,03
Accionistas / socios			
Outras contas a receber	11.2	1 151 717,87	181 836,58
Diferimentos	11.3	11 176,28	19 208,38
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	1 330 102,25	1 384 673,27
Total do activo corrente		4 286 490,91	5 531 375,24
Total do activo		4 393 487,48	5 615 747,34
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado		240 000,00	240 000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		51 957,00	51 957,00
Outras reservas		1 532 956,42	1 322 675,81
Resultados transitados		(124 230,49)	(114 336,85)
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		1 117 100,31	1 051 268,44
Resultado líquido do período		130 103,79	210 280,61
Interesses minoritários		2 947 887,03	2 761 845,01
Total do capital próprio		2 947 887,03	2 761 845,01
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	10	60 440,00	182 210,10
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		60 440,00	182 210,10
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5	1 072 779,20	2 112 051,69
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	12.1	52 541,99	126 684,65
Accionistas / socios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	11.2	259 839,22	394 134,04
Diferimentos	11.3	0,04	38 821,85
Passivos por impostos diferidos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo corrente		1 385 160,45	2 671 692,23
Total do passivo		1 445 600,45	2 853 902,33
Total do capital próprio e do passivo		4 393 487,48	5 615 747,34

O anexo faz parte integrante deste balanço.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS



Handwritten signature and the number 17.

H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	5 / 8 / 9	6 198 897,07	6 686 747,84
Subsídios à exploração			
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(469 986,69)	(566 576,17)
Fornecimentos e serviços externos	12.2	(4 050 353,75)	(4 240 589,75)
Gastos com o pessoal	12.3	(1 362 409,42)	(1 530 413,69)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11.1	(24 609,00)	
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.4	283,57	20 551,20
Outros gastos e perdas	12.4	(12 589,96)	(45 767,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		279 231,82	323 952,23
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	(81 048,64)	(46 104,38)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		198 183,18	277 847,85
Juros e rendimentos similares obtidos	9 / 5 / 12.5	51 702,41	47 154,78
Juros e gastos similares suportados	12.5	(41 793,68)	(27 281,51)
Resultado antes de impostos		208 091,91	297 721,12
Imposto sobre o rendimento do período	10	(77 988,12)	(87 440,51)
Resultado líquido do período		130 103,79	210 280,61

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

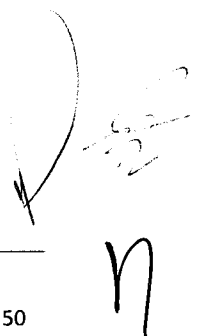
(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados		6 198 897,07	6 686 747,84
Custo das vendas e dos serviços prestados		<u>(5 882 749,86)</u>	<u>(6 337 579,61)</u>
Resultado bruto		316 147,21	349 168,23
Outros rendimentos		283,57	20 551,20
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		<u>(118 247,60)</u>	<u>(91 871,58)</u>
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		198 183,18	277 847,85
Gastos de financiamento (líquidos)		<u>9 908,73</u>	<u>19 873,27</u>
Resultados antes de impostos		208 091,91	297 721,12
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(77 988,12)</u>	<u>(87 440,51)</u>
Resultado líquido do período		130 103,79	210 280,61
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		130 103,79	210 280,61
Interesses minoritários		<u>130 103,79</u>	<u>210 280,61</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções

Handwritten signature and initials, possibly 'A. E.' and 'h'.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2012

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe											Interesses minoritários	Total do capital próprio
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período 2012	240 000,00	-	-	-	51 957,00	863 956,16	(48 504,98)	-	-	1 051 268,44	458 719,65	2 617 396,27	7 617 396,27
Alterações no período													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Efeito de aquisição / alienação de participadas													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													
Aplicação do resultado do exercício de 2011						458 719,65				(458 719,65)			
	240 000,00	-	-	-	51 957,00	1 322 675,81	(114 336,85)	-	-	1 051 268,44	-	2 551 564,40	2 551 564,40
Resultado líquido do período										210 280,61	210 280,61	210 280,61	
Resultado integral										210 280,61	210 280,61	210 280,61	
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Posição no fim do período 2012	240 000,00	-	-	-	51 957,00	1 322 675,81	(114 336,85)	-	-	1 051 268,44	210 280,61	2 761 845,01	2 761 845,01

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

[Handwritten marks and signatures]

H-TECNIC - Construções, Lda.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

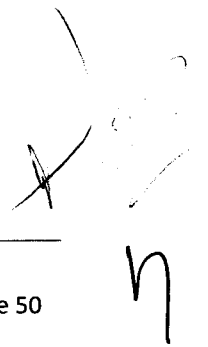
(Montantes expressos em euros)

	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	7 720 442,89	7 160 988,90
Pagamentos a fornecedores	(5 559 612,93)	(4 870 298,48)
Pagamentos ao pessoal	(1 356 041,13)	(1 531 724,47)
Caixa gerada pelas operações	804 788,83	758 965,95
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(54 212,07)	(7 186,30)
Outros recebimentos / pagamentos	(709 436,23)	(514 882,16)
Fluxos das actividades operacionais [1]	41 140,53	236 897,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(105 720,28)	(15 009,22)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos	(105 720,28)	(15 009,22)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	100,00	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	51 702,41	47 154,78
Dividendos	51 802,41	47 154,78
Fluxos das actividades de investimento [2]	(53 917,87)	32 145,56
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	(41 793,68)	(27 281,51)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	(41 793,68)	(27 281,51)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(41 793,68)	(27 281,51)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(54 571,02)	241 761,54
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 384 673,27	1 142 911,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 330 102,25	1 384 673,27

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

1000

ANEXO



1. Identificação da entidade

Designação da entidade: H TECNIC – Construções, Lda.

NIF: 506155218

Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

Natureza da actividade: Reabilitação de património e reforço de estruturas.

Designação da empresa-mãe: HCI Construções, SA

Sede da empresa-mãe: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2013, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou as Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

Principais bases de mensuração	Inicial	Subsequente
Activos fixos tangíveis	Custo	Custo menos as depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Rédito	O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.	
Impostos sobre o rendimento	Os impostos sobre rendimentos são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.	
Instrumentos Financeiros	Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios: (i) Clientes: as dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade, (ii) Outras dívidas de terceiros: ao custo, (iii) Fomecedores e de outros terceiros: estas dívidas encontram-se mensuradas pelo método do custo, (iv) Empréstimos: registados no passivo pelo custo, (v) Periodizações: as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos», (vi) Caixa e depósitos bancários: correspondem aos valores imediatamente realizáveis e (vii) Benefícios de empregados: são reconhecidas como gastos no período (incluindo o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte) em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.	
Contratos de construção	O rédito do contrato compreende (i) a quantia inicial de rédito acordada no contrato e (ii) as variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato, até ao ponto em que seja provável que resultem em rédito e estejam em condições de ser fiavelmente mensurados. O rédito do contrato é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o desfecho de um contrato de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito e os custos associados deverão ser imputados aos diferentes períodos de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito e os custos do contrato são reconhecidos na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado.	

As taxas utilizadas correspondem às taxas permitidas e legalmente em vigor, com base na aplicação do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Dezembro, Série I, n.º 177, variando de acordo com os seguintes períodos:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usada, nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis	-	10-20 anos	1-14 anos	4 anos	3-5 anos	4-10 anos
Taxas de depreciação	-	5,00%-10,00%	7,14%-100,00%	25,00%	20,00%-33,33%	10,00%-25,00%
Métodos de depreciação	-	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

A moeda de relato utilizada neste anexo é o Euro.

3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

4. Fluxos de caixa

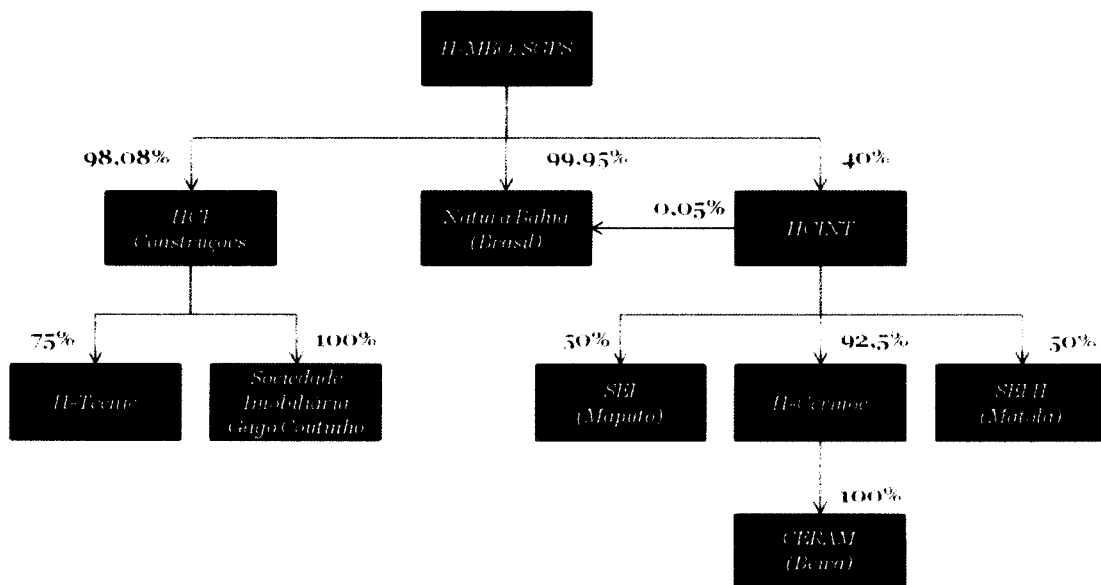
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos, constante, do balanço		31.12.2013			31.12.2012		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numeração	18 213,16	-	18 213,16	11 993,95	-	11 993,95
	Subtotais	18 213,16		18 213,16	11 993,95		11 993,95
Depósitos bancários	Depósitos a ordem	1 311 889,09	-	1 311 889,09	1 372 679,32	-	1 372 679,32
	Subtotais	1 311 889,09		1 311 889,09	1 372 679,32		1 372 679,32
Totais		1 330 102,25		1 330 102,25	1 384 673,27		1 384 673,27

5. Partes relacionadas

A H TECNIC – Construções, Lda. é uma subsidiária da HCI Construções SA, fazendo parte do Grupo H-MBO o qual tem a seguinte configuração:



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

As transacções realizadas com partes relacionadas foram efectuadas nos termos e condições praticados no mercado em concordância com o disposto pelo artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, apresentando o seguinte detalhe:

(valores expressos em euros)

Transacções com as partes relacionadas		Período 2013		Período 2012		
		Prestações de serviços	FSE	Prestações de serviços	FSE	Juros suportados
Empresa mãe	HCI Construções SA	71 252,65	(403 727,36)	653 772,67	(1 300 000,00)	(1 901,54)
	Subtotais	71 252,65	(403 727,36)	653 772,67	(1 300 000,00)	(1 901,54)
Totais		71 252,65		653 772,67		

Os saldos pendentes com as partes relacionadas apresentam a seguinte decomposição:

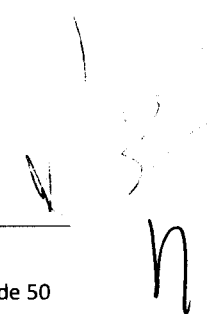
Quantia dos saldos pendentes com partes relacionadas		Período 2013			Período 2012		
		Saldo pendente em 31.12.2013					
		Clientes	Outros activos financeiros	Fornecedores	Clientes	Outros activos financeiros	Fornecedores
Empresa mãe	HCI Construções SA	236 352,17		(478 125,47)	1 475 340,58		(1 601 131,50)
	Subtotais	236 352,17		(478 125,47)	1 475 340,58		(1 601 131,50)
Totais		236 352,17		(478 125,47)	1 475 340,58		(1 601 131,50)

6. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e ajustamentos, foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Em 01.01.2012	Quantias brutas escrituradas	92 910,93	401 761,14	137 629,45	224 077,50	856 379,02
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(81 131,95)	(342 225,33)	(118 173,18)	(199 381,30)	(740 911,76)
	Quantias líquidas escrituradas	11 778,98	59 535,81	19 456,27	24 696,20	115 467,26
Adições				13 506,13	1 503,09	15 009,22
Alienações, sinistros e abates		(3 962,45)				(3 962,45)
Outras alterações (depreciações acumuladas do abate)		3 962,45				3 962,45
Depreciações		(3 013,31)	(23 849,16)	(9 421,55)	(9 820,36)	(46 104,38)
Perdas por imparidade						
Em 31.12.2012 (01.01.2013)	Quantias brutas escrituradas	88 948,48	401 761,14	151 135,58	225 580,59	867 425,79
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(80 182,81)	(366 074,49)	(127 594,73)	(209 201,66)	(783 053,69)
	Quantias líquidas escrituradas	8 765,67	35 686,65	23 540,85	16 378,93	84 372,10
Adições		1 641,07	73 292,70	19 540,29	11 246,22	105 720,28
Regularizações					(2 047,17)	(2 047,17)
Alienações, sinistros e abates			(6 000,00)			(6 000,00)
Outras alterações (depreciações acumuladas do abate)						
Depreciações		(3 272,30)	(42 172,36)	(23 032,77)	(12 571,21)	(81 048,64)
Transferência Depreciações Acumuladas			6 000,00			6 000,00
Em 31.12.2013	Quantias brutas escrituradas	90 589,55	469 053,84	170 675,87	234 779,64	965 098,90
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(83 455,11)	(402 246,85)	(150 627,50)	(221 772,87)	(858 102,33)
	Quantias líquidas escrituradas	7 134,44	66 806,99	20 048,37	13 006,77	106 996,57



7. Inventários

No quadro seguinte apresentam-se as quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2013		2012		
			Materias primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Materias primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+			35,18	35,18	
	Compras	Compras	+	469 986,69	469 986,69	566 540,99	566 540,99
		Devoluções de compras	-				
		Descontos e abatimentos em compras	-				
	Inventários no fim do período						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	469 986,69	469 986,69	566 576,17	566 576,17	
Perdas em inventários		+					
Ofertas e amostras de inventários		+					
Totais		=	469 986,69	469 986,69	566 576,17	566 576,17	

8. Contratos de construção

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento.

De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros activos correntes ou Outros passivos correntes, consoante a natureza da diferença.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

À data do Balanço, é constituída uma provisão para as perdas estimadas em obras em curso, correspondente à margem negativa por reconhecer e para fazer face aos gastos. Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, é constituída anualmente uma provisão para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos suportados no passado com as obras em período de garantia.

A H TECNIC – Construções, Lda. constituía provisão pelo valor máximo permitido fiscalmente (5%) no entanto com a adopção do SNC, uma vez que não havia no historial gastos incorridos durante o período de garantia, as provisões deixaram de ser reconhecidas na totalidade, não sendo portanto consideradas quaisquer provisões nos exercícios de 2012 e 2013.

Apresenta-se adiante síntese da posição das obras em curso no final do exercício de 2013:

(valores expressos em euros)

Prod. Orçamento	Custos Orçamento	Prod. Real	Custo Real	Prod. Dif	Acresc. Prod.
2 777 286,53	1 990 899,55	1 751 563,34	1 293 296,53	88 300,71	98 428,53

9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros activos correntes ou Diferimentos, consoante a natureza da diferença.

Y
7

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

(valores expressos em euros)

Quantias dos renditos reconhecidas no período	Período 2013			Período 2012		
	Renditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos renditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos renditos reconhecidos no período anterior	Renditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos renditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos renditos reconhecidos no período anterior
Prostação de serviços	6 198 897,07	99,17%	(7,30%)	6 686 747,84	99,30%	(5,77%)
Juros	51 702,41	0,83%	9,64%	47 154,78	0,70%	373,62%
Totais	6 250 599,48	100,00%	(7,18%)	6 733 902,62	100,00%	(5,24%)

10. Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, a declaração fiscal da Empresa do ano de 2013 poderá vir ainda a ser sujeita a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

RELATÓRIO E CONTAS 2013

(valores expressos em euros)

Demonstração de relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/trendimentos de impostos		Período 2013			Período 2012		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado lucro contabilístico Resultado antes de impostos	Resultado líquido do período	130 103,79			210 281,12		
	Resultado líquido do período multiplicado pela taxa de imposto legal efectiva	77 988,12			87 440,00		
	Resultado líquido do período	208 091,91	37,48%	77 988,12	297 721,12	29,37%	87 440,00
Ajustamentos para lucro (Prejuízo fiscal)		288 535,16			247 882,05		
Lucro (Prejuízo fiscal)		496 627,07			545 603,17		
Deduzidos de retidas fiscais							
Matéria colectável (cobrada)		496 627,07	25,00%	124 136,77	545 603,17	25,00%	136 400,79
Outros componentes de imposto (identidade tributária autónoma, etc.)				19 663,22			16 871,59
	Imposto corrente			143 819,99			153 272,38
	Imposto diferido			(65 831,87)			(65 831,87)
Gastos/trendimentos de impostos e taxa efectiva média		208 091,91	37,48%	77 988,12	297 721,12	29,37%	87 440,51

(valores expressos em euros)

Análise dos principais componentes de gastos/trendimentos de imposto		2013			2012		
		Imposto corrente	Imposto diferido	Outros	Imposto corrente	Imposto diferido	Outros
Ajustamentos em matéria de imposto e matéria de pensões, subsídios							
Imposto	Imposto corrente	(143 819,99)		(143 819,99)	(153 272,38)		(153 272,38)
	Imposto diferido		65 831,87	65 831,87		65 831,87	65 831,87
	Outros						
	Imposto diferido		65 831,87	65 831,87		65 831,87	65 831,87
Imposto diferido resultante do período		(143 819,99)	65 831,87	(77 988,12)	(153 272,38)	65 831,87	(87 440,51)
Total			65 831,87			65 831,87	

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(valores expressos em euros)

Estatísticas de balanço de abertura por imposto e de balanço de abertura de balanço e balanço de abertura de balanço de abertura de balanço			2013			2012		
			Saldo em aberto do período	Alterações do período (+/-)	Saldo em aberto do período	Saldo em aberto do período	Alterações do período (+/-)	Saldo em aberto do período
Passivos por impostos diferidos	Diferenças temporárias	Montante de Provisões para balanço de abertura de balanço de abertura de balanço de abertura de balanço	182 210,10	65 831,87	55 938,23	(60 440,00)	(182 210,10)	(182 210,10)
	Total		(182 210,10)	65 831,87	55 938,23	(60 440,00)	(182 210,10)	(182 210,10)

11. Instrumentos financeiros

11.1 Clientes

Apresenta-se em seguida reconciliação entre as quantias brutas e líquidas da conta de clientes relativas aos exercícios de 2012 e 2013:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por ajuste de ativos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2012			Período 2013				
	Quantias brutas	Depreciações amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	1 684 946,16		(24 609,00)	1 660 337,16	3 157 273,98			3 157 273,98
Total	1 684 946,16		(24 609,00)	1 660 337,16	3 157 273,98			3 157 273,98

O detalhe das imparidades e respectivas reversões reconhecidas durante o período encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Perdas por imparidade	Acumuladas em 01.01.2012	Reversões no período	Revertidas no período	Acumuladas em 31.12.2012	Reversões no período	Revertidas no período	Reparação de imbruiços	Acumuladas em 31.12.2013
Clientes	(17 141,25)		17 141,25		(24 609,00)			(24 609,00)
Total	(17 141,25)		17 141,25		(24 609,00)			(24 609,00)

11.2 Outras contas a receber e a pagar

(valores expressos em euros)

Outras contas a receber		31.12.2013	31.12.2012	
Outras contas a receber	Devedores por acréscimos de rendimentos	Diversos	16 127,82	
		Subtotais	16 127,82	
	Outros Devedores e Credores	Diversos	1 135 590,05	181 836,58
		Subtotais	1 135 590,05	181 836,58
Total		1 151 717,87	181 836,58	

(valores expressos em euros)

Outras contas a pagar			31.12.2013	31.12.2012
Outras contas a pagar	Credores por acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	144 395,25	290 763,54
		Outros acréscimos de custos	115 443,97	101 880,59
		Subtotais	259 839,22	392 644,13
	Outros credores	Outros		1 489,91
		Subtotais		1 489,91
Total			259 839,22	394 134,04

11.3 Diferimentos

Os saldos dos diferimentos (activos e passivos) em 31.12.2012 e 31.12.2013 apresentavam a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Diferimentos Activos			31.12.2013	31.12.2012
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Outros custos diferidos	11 176,28	19 208,38
		Total	11 176,28	19 208,38
Diferimentos Passivos			31.12.2013	31.12.2012
Diferimentos	Rendimentos a reconhecer	Facturação Diferida	0,04	38 821,85
		Total	0,04	38 821,85

12. Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

O saldo da conta Estados e outros entes públicos (saldo devedor e credor) a 31.12.2012 e a 31.12.2013 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos		31.12.2013	31.12.2012
Saldo devedor	IRI - Imposto a recuperar		75 368,67
	IVA - Imposto a recuperar	133 157,35	713 014,36
	Total	133 157,35	788 383,03
Saldo credor	Retenção de impostos sobre rendimentos	16 115,49	105 160,90
	IRC - Imposto a pagar	14 239,33	
	Contribuições para a Segurança Social	22 187,17	21 523,75
	Total	52 541,99	126 684,65

12.2 Fornecimentos e serviços externos

A conta de fornecimentos e serviços externos referentes ao período de 2013 e 2012 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2013	Período 2012
Subcontratos	2 843 838,25	2 044 889,81
Trabalhos Especializados	412 692,63	1 375 625,55
Publicidade e Propaganda	856,68	
Vigilância e Segurança	10 798,69	20 454,59
Honorários	57 191,85	34 602,57
Conservação e Reparação	26 436,93	27 485,92
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	83 143,52	49 081,45
Materiais	13 819,81	8 007,59
Electricidade	1 598,75	34,37
Combustíveis	90 781,48	71 572,02
Água	2 262,22	
Outros fluidos	1 245,69	7,59
Deslocações e Estadas	86 078,43	97 335,74
Transporte de Mercadorias	22 300,52	21 205,22
Rendas e Alugues	271 776,30	160 613,22
Comunicações	20 056,43	22 393,83
Seguros	32 373,85	44 587,52
Contencioso e Notariado	2 803,53	670,57
Despesas de Representação	204,00	
Limpeza, Higiene e Conforto	1 561,80	1 051,56
Outros Serviços	68 532,39	260 970,63
Totais	4 050 353,75	4 240 589,75

12.3 Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	Período 2013	Período 2012
Remunerações Órgãos Sociais	207 576,97	78 408,63
Remunerações do Pessoal	940 092,39	1 248 930,44
Encargos com Remunerações	186 637,70	181 667,13
Seguros de Acidentes de Trabalho	17 415,58	11 758,35
Gastos de Acção Social	2 737,40	1 436,50
Outros Gastos com Pessoal	7 949,38	8 212,64
Totais	1 362 409,42	1 530 413,69

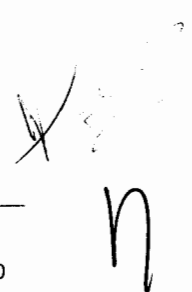
No exercício de 2013 a H TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 44 (o número médio de trabalhadores em 2012 foi de 40). Em 31.12.2012, a Empresa apresentava 40 trabalhadores no seu quadro de pessoal.

12.4 Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

As contas Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas apresentaram a seguinte decomposição no período de 2012 e 2013:

(valores expressos em euros)

		Período 2013	Período 2012
Outros rendimentos e ganhos	Excesso de estimativa de imposto		986,92
	Correcções de exercícios anteriores		17 141,25
	Outros	283,57	2 423,03
	Total	283,57	20 551,20
Outros gastos e perdas	Correcções de exercícios anteriores		14 804,46
	Impostos e multas fiscais	4 816,96	7 875,24
	Perdas em investimentos não financeiros		15 388,00
	Outros	7 773,00	7 699,50
	Total	12 589,96	45 767,20



12.5 Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados

As contas de juros referentes ao período de 2013 e 2012 apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

		Período 2013	Período 2012
Juros e rendimentos similares obtidos	Juros e outros rendimentos financeiros	51 702,41	47 154,78
	Total	51 702,41	47 154,78
Juros e gastos similares suportados	Outros gastos e perdas financeiras	41 793,68	27 281,51
	Subtotal	41 793,68	27 281,51
	Total	41 793,68	27 281,51

13. Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2013, existiam garantias de obras prestadas a clientes no valor de 1.654.176,63 euros.

14. Acontecimentos após a data do balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 27 de Maio de 2014.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de Dezembro de 2013 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

Técnico responsável



João Paulo Oliveira Batista

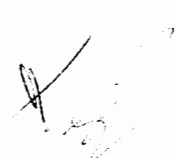
A Gerência



José Maria Pereira Coelho



João António C. Farinha




RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



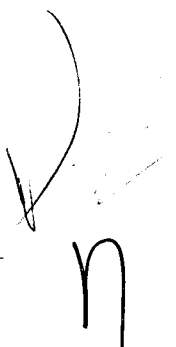
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.